

Concorrência

DESENVOLVER UMA AVALIAÇÃO EXAUSTIVA EM MATÉRIA DE CONCORRÊNCIA PARA IDENTIFICAR REFORMAS PARA O CRESCIMENTO

- ▶ Nos últimos anos, Portugal efetuou reformas consideráveis nos seus mercados de produtos para promover a concorrência.
- ▶ Porém, o crescimento económico em Portugal continua a estar condicionado por regulamentação que dificulta a entrada e a expansão de empresas. Apesar de os mercados de bens transacionáveis serem, em geral, bastante competitivos, os setores não-transacionáveis, como o dos transportes e dos serviços das profissões liberais, continuam a ser ineficientes.
- ▶ O desempenho económico destes setores poderia melhorar consideravelmente através da eliminação de barreiras administrativas e regulamentares à concorrência, com recurso a um programa exaustivo que efetue uma revisão dos regulamentos, transversal aos setores fundamentais.
- ▶ Recentemente, a Autoridade da Concorrência de Portugal criou uma unidade para efetuar revisões dessa natureza. Os peritos da OCDE poderiam colaborar com os peritos da Autoridade da Concorrência e com o Governo na condução de um primeiro grupo de revisões, tendo por base o conjunto de ferramentas da OCDE para a avaliação da concorrência (*Competition Assessment Toolkit*).
- ▶ Este projeto centrar-se-ia em alguns setores essenciais, realizando uma revisão aprofundada da legislação e da regulamentação, com o intuito de dotar o Governo de uma lista de reformas necessárias para reforçar a concorrência nos setores definidos.

O que está em causa?

As recentes reformas estruturais melhoraram a competitividade de Portugal, bem como as suas perspetivas de crescimento a longo prazo. Foram levadas a cabo reformas regulamentares importantes e de grande visibilidade, incluindo melhorias nos setores da eletricidade, do gás e do comércio a retalho. Contudo, esta mensagem, que é em geral positiva, esconde discrepâncias significativas entre setores, ocultando igualmente as oportunidades muitos consideráveis que reformas adicionais podem oferecer. Em especial, embora os mercados de bens transacionáveis sejam, de um modo geral, bastante competitivos, como é de esperar numa pequena economia aberta, os mercados nos setores não-transacionáveis, como o dos transportes e o dos serviços das profissões liberais, continuam a estar restringidos e a ser ineficientes. Tal encontra-se refletido nos preços comparativamente mais elevados que as empresas e as famílias portuguesas pagam por estes serviços.

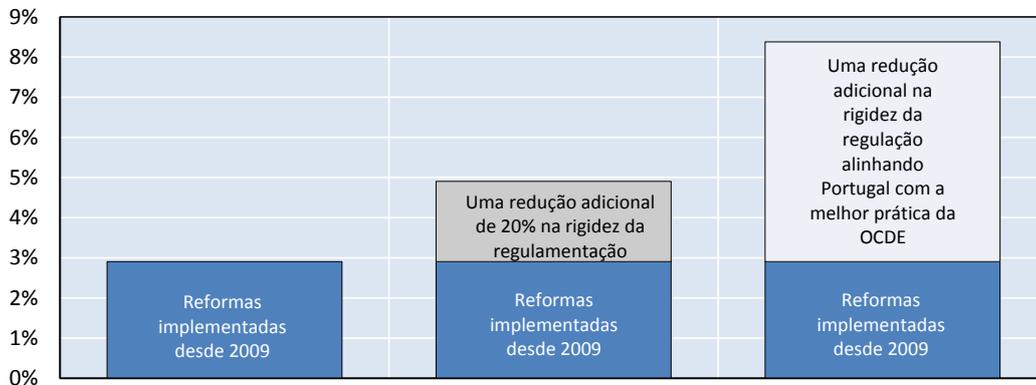
Por que motivo é isto importante para Portugal?

O estudo da OCDE sugere que as reformas nos mercados de produto, implementadas desde 2009, incluindo as melhorias nos setores da eletricidade, do gás e do comércio a retalho, irão aumentar o nível do PIB em 3% até 2020. Porém, muito está ainda por fazer. Um cenário de reforma em que Portugal reduza as barreiras regulamentares à concorrência em 20%, magnitude semelhante à observada nos últimos dez anos nos países da OCDE que implementaram reformas deste tipo, aumentaria o PIB em mais 2% até 2020. Se Portugal alinhasse a sua regulamentação dos mercados de produto com as melhores práticas existentes entre todos os países da OCDE, o nível de produtividade e o PIB seriam 5,5% mais elevados em 2020, em comparação com um cenário em que tais reformas não sejam levadas a cabo. Tal representaria um ganho anual do PIB nominal de 1,3 mil milhões de euros, avaliado em euros de 2014.

A reforma é especialmente pertinente nos setores dos serviços, não só porque representam uma parte considerável do valor acrescentado total e do emprego, mas também porque fornecem fatores de produção essenciais para a produção de bens transacionáveis. Os serviços eficientes e de última geração assumem, por isso, uma importância extrema na competitividade da economia portuguesa no seu todo. As estimativas sugerem que 16% dos custos nos setores transacionáveis correspondem a produtos intermédios dos setores não-transacionáveis.

» Uma reforma dos mercados de produto poderia gerar ganhos consideráveis no PIB

Efeito das reformas dos mercados de produto no nível do PIB em 2020



Fonte: OCDE (2014), *OECD Economic Surveys: Portugal*.

O que devem fazer os responsáveis políticos?

- ▶ Apoiar a Autoridade da Concorrência de Portugal num programa sistemático para a revisão e criação de regulamentação mais favorável à concorrência nos setores fundamentais.
- ▶ Promover a concorrência no setor do gás natural, onde o operador incumbente continua a fornecer mais de metade dos volumes de venda e detém direitos contratuais exclusivos para o fornecimento grossista de gás natural.
- ▶ Analisar a regulamentação de acesso à actividade e de preços nos serviços das profissões liberais, tais como a prestação de serviços jurídicos ou de contabilidade, engenharia e arquitetura, uma vez que a extensão e a natureza desta regulamentação podem ser excessivas.



Further reading

OCDE (2011), *OECD Competition Assessment Toolkit Vol. 1 and 2*, OECD Publishing. <http://www.oecd.org/daf/competition/assessment-toolkit.htm>

OECD Competition Assessment Reviews: Greece, OECD Publishing. <http://www.oecd.org/daf/competition/Greece-Competition-Assessment-2013.pdf>

OCDE (2014), *OECD Economic Surveys: Portugal*, OECD Publishing. <http://www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-portugal.htm>